

## BALEIAS FRANCAS: UM HISTÓRICO DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Groch<sup>1</sup>, K.R.

<sup>1</sup>Projeto Baleia Franca – IWC/Brasil, Av. Atlântica s/nº, Itapirubá Norte. Caixa Postal 201, Imbituba-SC, Brasil, CEP 88780-000.  
E-mail para contato: karina@baleiafranca.org.br

### RESUMO

A Baleia Franca austral, *Eubalaena australis*, com uma população global estimada entre 7.000 e 8.000 indivíduos, é ainda hoje a segunda espécie de grande cetáceo mais ameaçada de extinção em todo o planeta, constando hoje de diversos diplomas jurídicos de proteção, inclusive a Lista Nacional de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Tendo sofrido até 1973 quase 400 anos de capturas continuadas ao longo da costa brasileira, em Santa Catarina encontra-se hoje sazonalmente a maior população reprodutiva sobrevivente da espécie em águas jurisdicionais brasileiras, que vem sendo objeto de monitoramento desde 1982. Os esforços de conservação realizados até hoje pelo Projeto Baleia Franca vêm, em conjunto com medidas internacionais de proteção, garantindo a sobrevivência e recuperação da espécie na costa brasileira.

Palavras chave: preservação, *Eubalaena australis*, história

### INTRODUÇÃO

A baleia franca austral, *Eubalaena australis*, espécie grande-migratória de distribuição original ampla no hemisfério Sul, foi juntamente com sua contraparte boreal (*Eubalaena glacialis*, restrita ao Hemisfério Norte) uma das espécies mais predadas pela caça, desde o período dos grandes movimentos colonizadores das terras austrais (ELLIS, 1999). No Brasil, a espécie, que se distribuía dos limites meridionais do país até pelo menos a Baía de Todos os Santos (CÂMARA & PALAZZO, 1985), passou a sofrer com a matança maciça a partir do século XVII, quando os bascos introduziram no Recôncavo baiano suas técnicas de captura da mesma (ELLIS, 1969). O ciclo de captura sistemática da espécie, que ocorre à costa brasileira e de poucos outros pontos determinados do globo para acasalar, parir e amamentar seus filhotes durante o inverno e primavera, foi estendendo-se para o sul até Imbituba, Santa Catarina. Na Armação baleeira de Imbituba, fundada em 1796, a caça de baleias francas terminou apenas em 1973, quando ainda era praticada de forma isolada e oportunística, em função do virtual desaparecimento das mesmas (PALAZZO & CARTER, 1983). É de se notar, a propósito, que desde a década de 30 a espécie achava-se já reconhecidamente em risco de extinção e legalmente protegida por tratados internacionais (WALLACE, 1994), descumpridos sistematicamente pelo Brasil, ainda que fosse o País signatário dos mesmos (PALAZZO & CARTER, 1983).

Apenas em 1975, quando as frotas baleeiras da extinta União Soviética registraram as últimas capturas (ilegais) de baleias francas no Atlântico Sul, a espécie parou de declinar numericamente nesta bacia oceânica. Estimativas realizadas por modelagem tendo em conta os números aproximados das capturas históricas indicam que a população mundial pode ter chegado a ser tão pequena quanto 300 exemplares (IWC, 2001).

Após o término da caça no Brasil, durante quase uma década os registros formais de presença da espécie no Brasil restringiram-se a notas sobre exemplares encalhados mortos (CASTELLO & PINEDO, 1979). Entre 1981 e 1982 a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza deu início a um projeto de verificação de relatos informais de reaparecimento da espécie, que resultaram verídicos, dando assim início a uma iniciativa de pesquisa e conservação hoje consolidada no Projeto Baleia Franca (CÂMARA & PALAZZO, 1986).

As baleias francas encontram-se protegidas no Brasil desde 1987, pela Lei Federal 7643. Em 1989, a baleia franca passou a constar da Lista Oficial Brasileira das Espécies de Fauna Ameaçadas de Extinção, reforçando sua proteção integral nos termos da legislação de proteção à fauna vigente no País. No entanto, afastada a ameaça de volta da caça, subsistem diversas incógnitas sobre a efetiva capacidade de recuperação da espécie a níveis populacionais estáveis ou ao menos que permitam considerá-la fora de perigo segundo os critérios internacionalmente aceitos (REEVES *et al.*, 2003) principalmente em função de seus hábitos muito costeiros na época de reprodução. As fêmeas com filhotes podem ser avistadas em alguns locais a até menos de 30 metros das praias (IWC/BRASIL, 1999), tornando-se, portanto, extremamente vulneráveis a comportamentos humanos inadequados ou agressivos. Essa proximidade da costa significa, ainda, que as baleias francas

dividem o espaço vital para sua reprodução com uma série de atividades antrópicas de potenciais variáveis de impacto, que vão desde a pesca artesanal até os esportes náuticos, passando pela condição de alvo direto de busca ativa por embarcações de turismo (IBAMA, 2001).

Uma reunião internacional convocada em 1998 para analisar o *status* mundial das baleias francas concluiu pela estimativa de aproximadamente 7.500 indivíduos sobreviventes (de uma população original calculada em cerca de 70.000 animais), dos quais cerca de 2700 residentes no Atlântico Sul (IWC, 2001). Atualmente, estima-se que essa população do Atlântico Sul possa estar crescendo à razão de 6,8% ao ano (COOKE *et al.*, 2003), sendo possível que venha a reocupar parte de sua distribuição original ao longo das próximas décadas. No Brasil, uma notável ocorrência da espécie vem sendo registrada em Santa Catarina em anos recentes (IWC/BRASIL, 1999; Groch, 2000; GROCH *et al.*, 2005), com registros freqüentes também no Rio Grande do Sul (IWC/Brasil, 1999; GREIG *et al.*, 2001) e esporádicos na região Sudeste (SANTOS *et al.*, 2001) e Nordeste (ENGEL *et al.*, 1997; BARACHO *et al.*, 2002). GROCH *et al.* (2005) apontam um aumento populacional da espécie de 14% ao ano, e especula-se que este aumento se deva em parte pela migração de indivíduos de outras áreas de reprodução.

Dentre os esforços de conservação para a espécie no Brasil destacam-se, ainda, a declaração da baleia franca como Monumento Natural de Santa Catarina em 1995, e em 2000 o governo federal, baseado em proposta técnica do Projeto Baleia Franca, decretou a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, abrangendo cerca de 156.000 hectares da costa catarinense e protegendo o mais importante berçário da espécie no Brasil.

O “whalewatching”, ou turismo de observação de baleias, é uma atividade que cresce de forma vertiginosa em volume de praticantes e em resultados econômicos, tendo sido estimado o seu valor em 2000, em ingressos diretos e indiretos, na ordem de US\$ 1 bilhão/ano em todo o planeta (HOYT, 2001). Esse turismo especializado constitui uma alternativa tecnicamente viável, socialmente desejável e, se praticado adequadamente, plenamente sustentável, à matança continuada das espécies de cetáceos propugnada ainda hoje por uma minoria de países. No Brasil, a legislação federal vigente desde 1987 e a evolução das políticas públicas para a gestão dos mamíferos aquáticos consagram de forma sólida a opção pelos usos não-letais, dentre os quais o turismo de observação tem papel preponderante. A má condução desse turismo, entretanto, pode ocasionar diversos impactos negativos na conservação da espécie, seja diretamente, afetando-a em aspectos biológicos tais como a capacidade reprodutiva, seja indiretamente, pela interjeição de aspectos inadequados e/ou indesejáveis no tecido sócio-cultural que cerca os esforços de conscientização pública para a conservação da espécie (IFAW, 1995), comprometendo a gestão proativa da sua conservação pela des-educação das comunidades que, obrigatoriamente, devem participar desses processos de gestão.

Para minimizar os possíveis impactos do turismo embarcado de observação baleias, além da Portaria 117 de 26 de dezembro de 1996 que define normas legais nacionais para prevenir e coibir o molestamento de cetáceos no Brasil e regulamenta a atividade, medidas normativas vêm sendo aplicadas, a citar a Instrução Normativa No. 102 de 19 de junho de 2006, que criou áreas-refúgio dentro da APA da Baleia Franca, onde a atividade de turismo embarcado fica proibida durante o período reprodutivo da espécie no Brasil. A iniciativa pretende assegurar que as fêmeas e filhotes de baleia franca tenham áreas-refúgio onde não sejam perturbadas pelos barcos, assegurando que a APA tenha a garantia legal contra o molestamento dos cetáceos.

A nível internacional, o Brasil vem lutando nos últimos anos para a proteção integral das áreas de ocorrência das baleias francas e dos outros grandes cetáceos que ocorrem na costa brasileira, com a proposta de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, junto à Comissão Internacional da Baleia, comissão criada em 1946 para regulamentação da caça às baleias, complementando o já estabelecido Santuário da Antártida e do Oceano Austral que protege grande parte das áreas de alimentação da baleia franca.

## CONCLUSÕES

A luta continuada de ambientalistas e pesquisadores faz com que o Brasil possa ser tido como exemplo nas políticas de preservação dos cetáceos, e em especial das baleias francas. Espera-se que as medidas de proteção tomadas até hoje continuem contribuindo para a conservação das baleias francas, garantindo tanto a sobrevivência da espécie quanto a sustentabilidade de atividades como o turismo de observação de baleias.

## REFERÊNCIAS

- BARACHO, C. G.; S. MÁ-ROSA; MARCOVALDI, E. 2002. Primeiro registro da baleia-franca-do-sul (*Eubalaena australis*) no Litoral Norte da Bahia-Brasil. 10ª Reunión de Trabajo de Especialistas en Mamíferos Acuáticos de América Del Sur y 4º Congreso de la Sociedad Latinoamericana de Especialistas en Mamíferos Acuáticos., Valdivia, Chile.
- CÂMARA, I.G.; J.T. PALAZZO, 1986. Novas informações sobre a presença de *Eubalaena australis* no sul do Brasil. **Actas...** Primera Reunion de Trabajo de Expertos en Mamíferos Acuáticos de América del Sur. Buenos Aires, 1986, pp. 35-41.
- CASTELLO, H.P.; M.C. PINEDO, 1979. Southern right whales (*Eubalaena australis*) along the southern Brazilian coast. **J. Mamm.** 60(2): 429-430.
- COOKE, J., ROWNTREE, V.; PAYNE, R. 2003. Analysis of inter-annual variation in reproductive success of South Atlantic right whales (*Eubalaena australis*) from photo-identifications of calving females observed off Península Valdés, Argentina, during 1971-2000. **Documento SC/55/O23 apresentado à Reunião do Comitê Científico da International Whaling Commission**. 29 Junho - 10 Julho, Sorrento, Itália, 16pp.
- ELLIS, R. 1999. *Men & Whales*. EUA, The Lyons Press.
- ELLIS, M. 1969 *A baleia no Brasil Colonial*. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- ENGEL, M. H.; FREITAS, A. C. S.; SKAF, M.K.; FERREIRO, C.B.; MENDES, C.R. ; FREITAS, C.A.; PEREIRA 1997; J. B. Ocorrência de baleias francas *Eubalaena australis* em área de reprodução da baleia jubarte *Megaptera novaeangliae* no Banco de Abrolhos, Bahia. **XI Encontro de Zoologia do Nordeste, Fortaleza**.
- GREIG, A. B.; SECCHI, E. R.; ZERBINI, A. N.; ROSA, L. D. 2001. Stranding events of southern right whales, *Eubalaena australis*, in southern Brazil. **J. Cetacean Res. Manage.** (Special Issue 2): 157-160.
- GROCH, K.R. 2000. Ocupação preferencial de áreas de concentração pela baleia franca austral, *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822), CETACEA, MYSTICETI, no litoral sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- GROCH, K. R., PALAZZO JR., J. T.; FLORES, P.A.C.; ADLER, F. R.; FABIAN, M. E. 2005. "Recent rapid increases in the Brazilian right whale population." **Latin American Journal of Aquatic Mammals** 4(1): 41-47.
- HOYT, E. 2001. Whale watching 2001: worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits. EUA, IFAW.IBAMA, 2001
- IFAW, TETHYS RESEARCH INSTITUTE AND EUROPE CONSERVATION. 1995. Report of the workshop on the scientific aspects of managing whale watching. Montecastello Di Vibio, Italy. 40 pp.
- INTERNATIONAL WHALING COMMISSION. 2001. Report of the workshop on the comprehensive assessment of right whales: a worldwide comparison. Cambridge, England., International Whaling Commission. **J. Cetacean. Res. Manage** (Special Issue 2): 1-60.
- INTERNATIONAL WILDLIFE COALITION, IWC/BRAZIL. 1999. Plano de ação para a conservação da baleia franca, *Eubalaena australis*, em Santa Catarina, Brasil. International Wildlife Coalition (IWC)/Brazil). 59 pp.
- PALAZZO JR., J.T.; CARTER, L.A. 1983. **A caça de baleias no Brasil**. Porto Alegre: AGAPAN. 25 pp.
- SANTOS, M.C.O.; SICILIANO, S.; DE SOUZA, S.P.; PIZZORNO, J. L. A. 2001. Occurrence of southern right whales (*Eubalaena australis*) along southeastern Brazil. **J. Cetacean. Res. Manage.** (Special Issue 2): 153-156.
- REEVES, R.R., SMITH, B.D., CRESPO, E.A.; NORTALBARTOLO DI SCIARA, G. (COMPILERS). 2003. **Dolphins, Whales and Porpoises: 2002-2010 Conservation Action Plan for the World's Cetaceans**. IUCN/SSC Cetacean Specialist Group. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. ix + 139pp.
- WALLACE, R. L. (ed.), 1994. The Marine Mammal Commission Compendium of Selected Treaties, International Agreements, and Other Relevant Documents on Marine Resources, Wildlife, and the Environment. Washington, US Government Printing Office, 3547 p. (3 vol.).